



UMA LEITURA DO 'OUTRO' COLONIZADO PELO 'OUTRO' COLONIZADOR EM A TEMPESTADE DE WILLIAM SHAKESPEARE

FIGUEIREDO, Lilia¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a caracterização do outro, do diferente, na obra *A Tempestade*, de William Shakespeare. Para tanto, apresentaremos, inicialmente, uma contextualização da obra shakespeariana, a fim de apontar as principais características do período elisabetano, época de contrastes, ideal para o florescimento da obra de um artista como Shakespeare. Passamos, então, para uma análise do outro, do diferente, sob a ótica das relações de poder estabelecidas entre colonizadores e colonizados em um espaço relacional, utilizando para esta discussão reflexões teóricas desenvolvidas por Homi Bhabha. Finalmente, tecemos observações sobre as relações de poder entre Próspero e Calibã, analisando as estratégias de inferiorização, sujeição e degradação utilizadas pelo colonizador e a caracterização do outro colonizado como bárbaro e animalizado a partir de uma visão etnocêntrica.

PALAVRAS CHAVES: *A Tempestade*, outro, colonização.

ABSTRACT: The aim of this paper is to characterize the other, the one that is different, in William Shakespeare's *The Tempest*. In order to do that, first of all, we contextualize the work of Shakespeare so that it is possible to apprehend the main characteristics of the Elizabethan period, a time of contrasts which was ideal for the development of an artist such as Shakespeare. Then, we analyze the other, the one that is different, by observing the relationships based on power established between colonizers and colonized people within a relational space, basing our analysis on the theories developed by Homi Bhabha. Finally, we analyze the relationship developed between Prospero and Caliban, reflecting upon the strategies used by the colonizer such as inferiorization and degradation, which lead to the characterization of the other as barbarian or animal like due to an ethnocentric point of view.

KEY WORDS: *The Tempest*, the other, colonization.

INTRODUÇÃO

A Inglaterra já se definia como um país marcado pelo teatro há pelo menos 400 anos quando do nascimento de William Shakespeare, em 1564. Em 1558, Elizabeth I assumiu o trono da Inglaterra, assumindo também um país que se encontrava com muitas dívidas e com um grande número de descontentes. Era uma rainha jovem, inteligente, dominadora, intransigente e de grande habilidade política. Durante o seu reinado, apoiou as artes (teatro, poesia, literatura de viagens, pintura, música) que já se encontravam no auge; a população já conseguira ter acesso à educação e assistência à saúde, o comércio exterior estava em expansão e o controle da economia manifestava sinais de estabilidade.

Em 1574, Elizabeth I regularizou a profissão de ator que já vinha sendo exercida por pelo menos quatrocentos anos. Até então, os atores profissionais eram considerados arruaceiros e mendigos e corriam o risco de serem presos. O reconhecimento da profissão de ator engrandeceu a profissão que passou a ser valorizada. Porém, a permissão para exercerem a profissão só era concedida se o ator pertencesse a alguma companhia teatral que fosse patrocinada por um nobre. A companhia de teatro patrocinada tinha o dever de se apresentar gratuitamente para a corte e o pagamento por essa apresentação (pelo menos uma vez por ano) era a permissão para exercer a profissão de ator.

Após dez anos de reinado, a Inglaterra já se destacava como um país recuperado. A economia e a educação já alcançavam níveis de desenvolvimento consideráveis. Era um período de grande expansão territorial (pelas conquistas marítimas) e cultural, a chamada “época de ouro” da Inglaterra em que até os oficiais eram remunerados. Neste contexto, de grandes transformações para a Inglaterra, floresceu a dramaturgia inglesa e, especialmente, a obra que perdura até hoje como cânone indiscutível, a obra dramática de William Shakespeare.

Shakespeare nasceu em Stratford-upon-Avon em 1564. Seu pai, John Shakespeare, era luveiro mas também chegou a trabalhar como açougueiro e curtidor de peles, entre outras atividades. Após passar algumas dificuldades financeiras, em 1565 foi nomeado funcionário da prefeitura. John casou-se com Mary e sua família era de boas condições econômicas, sendo que seu pai deu ao casal uma soma em dinheiro, uma casa e algumas terras para que pudessem iniciar a vida. Tiveram duas filhas e um filho; uma das meninas morreu ainda criança, o que era comum naquela época. Mais tarde, o casal teve mais cinco filhos e John Shakespeare foi conseguindo melhores empregos e melhorando suas condições financeiras, o que lhe proporcionou a possibilidade de colocar William Shakespeare

na Grammar School (ensino médio), onde possivelmente teria estudado latim. Em 1570 os negócios de John Shakespeare foram piorando e provavelmente William Shakespeare não pode mais continuar freqüentando a escola. Em 1582, com dezoito anos de idade, William Shakespeare engravidou Anne Hathway que era oito anos mais velha do que ele. Ela estava grávida de dois meses quando se casaram.

Em 1586 ou 1587, William Shakespeare, com 22 ou 23 anos, foi para Londres onde encontrou uma sociedade tumultuada e efervescente culturalmente. Em Londres Shakespeare enfrentou um choque cultural típico de quem deixa o conforto físico e intelectual que uma cidade pequena pode proporcionar e encontra uma sociedade em que os homens já não eram mais pacatos e previsíveis como em uma província. Ele se deparou com um lado do ser humano com o qual ele nunca tivera contacto. Percebeu o interesse que execuções em praças públicas e lutas entre animais despertavam nas pessoas em uma época caracterizada pela dicotomia entre civilização e barbárie. Os criminosos tinham suas cabeças cortadas e colocadas em praças públicas ao mesmo tempo em que os cantores também se apresentavam nesses espaços. Existia um grande contraste entre, por um lado, a visão dos belos palácios e das catedrais (Westminster e Saint Paul) e, por outro, a visão das forcas penduradas nas praças, da comercialização e abate de animais no espaço público.

Com todos estes contrastes, a época de William Shakespeare foi bastante promissora culturalmente e favoreceu para que vivesse as grandes transformações não só da sociedade inglesa como do mundo, com conflitos envolvendo lutas pelo poder, reformas religiosas, descobertas proporcionadas pelas grandes navegações e expansão colonizadora. Todas essas conquistas contribuíram enormemente para a temática, a ambientação e a construção das personagens shakespearianas.

William Shakespeare retratou em sua obra o amor, a ética, o heroísmo e, ao mesmo tempo, a crueldade e a perversidade do ser humano. Todas essas composições atribuídas aos seus personagens constituem um dos motivos que o tornam o mais atual de todos os escritores, uma vez que essas mesmas características humanas podem não estar tão visíveis no comportamento do homem contemporâneo, mas certamente povoam o inconsciente de cada ser humano e por isso, são reconhecidas em suas personagens. A obra de William Shakespeare é marcada pelos nuances da natureza humana com todas as idiosincrasias do homem e talvez seja esse um dos motivos do caráter universal de sua obra.

2. RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DO OUTRO

Desde a Antiguidade que já se tem registros da preocupação em explicar as diferenças culturais e os diferentes comportamentos dos homens. Heródoto (484a.C- 424a.C) percebeu a diversidade dos homens e das culturas ao considerar os costumes dos lícios ao afirmar “Eles tem um costume singular pelo qual diferem de todas as outras nações do mundo” (HERÓDOTO apud LARAIA, 2007, p. II).

Em um contexto colonizador é muito comum rotular o outro que é diferente, que constrói o mundo a partir de visões culturais próprias e que se encontra em uma situação de sujeição como bárbaro, não civilizado. Contudo, Montaigne (1533-1572) afirma que “[...] na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra” (MONTAIGNE apud LARAIA, 2007, p. 13).

Para que as características de bárbaro sejam atribuídas a um povo, é preciso que também as características de civilizado sejam atribuídas ao seu oposto. Segundo WOLFF (2004), bárbaros são os que vivem sem nenhum contato com outras sociedades e desconhecem as práticas de boas maneiras e da boa convivência entre os indivíduos. São, por exemplo, os habitantes das metrópoles que consideram os camponeses um povo bárbaro por não terem os mesmos hábitos. Wolff sugere o termo ‘barbarie’ significando uma prática, um costume, uma cultura que não vê a humanidade que existe no outro. Em uma relação colonizadora, barbarie, portanto, refere-se às práticas dos povos, das nações, das sociedades, das religiões, dos regimes políticos que não toleram toda e qualquer manifestação de pensamento que não sejam reconhecidos e aceitos pela cultura dominante.

Nesse sentido, bárbaros são os que não creditam valor à diferença ou ao diferente, sendo que tudo que é diferente é vinculado ao Mal. Para WOLFF (2004), bárbaros são os que negam a diversidade cultural e humana. Para os bárbaros, o Bem é traduzido pela sua própria cultura, pelo seu ponto de vista e percepção do mundo. Dessa forma, concordamos com o que WOLFF considera “civilização”, como sendo a possibilidade de convivência das diversidades culturais: “[...] civilizações, os momentos históricos, os espaços geográficos, as áreas culturais que permitem a coexistência, tanto de fato, como de direito, de vários povos, sociedades ou culturas...” (WOLFF, 2004, p.41).

Em relações de poder, como as travadas entre colonizadores e colonizados, europeus e nativos, por exemplo, os estereótipos são mecanismos de sustentação do pensamento hegemônico em que os sujeitos dessa relação são caracteriza-

dos por um lado, pela desqualificação e inferiorização do dominado e por outro, pela superioridade e hegemonia do dominador. Tais estereótipos são deturpações da imagem do colonizado que são construídas pelo colonizador no sentido de fabricar a ideologia do que é considerado único e possível.

O estereótipo, pela imposição da língua do colonizador como estratégia de inferiorização, é mais uma maneira de outremizar o sujeito colonial. É a negação da língua do colonizado porque não sabe falar ou porque fala incorretamente a língua do colonizador. O colonizador como não compreende a língua do colonizado, para exercer o domínio precisa conhecer o ambiente do qual se apoderou. Para se comunicar, ensina a sua língua ao dominado aniquilando a cultura do sujeito colonizado.

No processo de colonização, o espaço colonial desenvolve formas de representação do outro (colonizado) para adequá-lo a uma representação pré-estabelecida desse outro, ou seja, dentro de uma representação que já antecede esse outro. Dessa maneira, o outro é desenhado de acordo com a forma que convém ao colonizador. É um processo que cria uma imitação do outro que passa a ser a repetição do mesmo. Essa idéia é confirmada por BHABHA (apud SKLIAR, 2003, p. III) quando afirma que “[...] o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”. São criados os padrões de representação do outro de modo que esse outro seja destituído de todo e qualquer valor, que esse outro seja um outro que necessite de alguém que o oriente, que o governe, uma vez que é considerado fraco.

Bhabha aponta alguns aspectos considerados fundamentais no processo de construção da alteridade em contextos coloniais, entre eles a ideia de que para se existir é necessário que haja um ‘outro’ que interpele em relação a uma alteridade. É preciso se existir para um ‘outro’ senão esse processo não ocorre. Logo, a construção da identidade do sujeito implica um desejo direcionado ao ‘outro’.

Para a leitura de *A Tempestade*, sugerimos ainda outro aspecto defendido por Bhabha o qual consideramos o mais pertinente para essa reflexão sobre o sujeito colonial versus sujeito colonizador, que é o espaço relacional. Para Bhabha o processo relacional na construção da identidade não ocorre separado. É nesse espaço, marcado pela alteridade e pela duplicidade, que surge o desejo do colonizado. É um desejo ambíguo pois, ao mesmo tempo que o colonizado tem o desejo de ocupar o lugar do colonizador, não quer deixar de ocupar simultaneamente sua posição de colonizado.

O espaço colonial pode ser entendido como uma das modalidades de aparelho ideológico de estado em que são articuladas duas posições: por um lado, a ilusão de reconhecer as diferenças do outro pela observação de seus aspectos externos como a língua, a raça, a cultura; por outro lado, ao mesmo tempo em que reconhece essas diferenças, o espaço exerce um mecanismo de repúdio a elas, que é manifestado quando essas mesmas diferenças são mascaradas ou desarticuladas, sendo destituídas de sua própria essência até serem transformadas em algo exótico. Nesse sentido, "... o espaço colonial é como uma única flecha que aponta insistentemente para a invenção, para o governo, para a administração, para a instrução e para o massacre do outro" (SKLIAR, 2003, p. 106). O espaço colonial é uma composição diversificada de práticas, discursos e interesses no intuito de fixar e perpetuar um sistema de domínio e que se dissemina e se multiplica indefinidamente como forma de saber, de controle e de poder sobre o outro.

Assim, a representação do outro no espaço colonial se consolida originando representações que são criadas a partir de necessidades coloniais, que criam outros espaços coloniais, como se formasse uma pulsão repetitiva que não só assegura as conquistas como também os posicionamentos de exclusão/inclusão e todas as atribuições de marginalização e de controle do outro pelo poder hegemônico. Nessa perspectiva, SAID (apud SKLIAR, 2003, p. 110) afirma que a relação entre o espaço colonial e o imperialismo se define como "uma prática, teoria e postura adotada por um centro urbano que governa um território distante".

3. A TEMPESTADE E A CONSTRUÇÃO DO OUTRO

Em *A Tempestade*, Próspero, o Duque de Milão, pertence a uma metrópole e tem modos elegantes de convivência em sociedade, próprios da posição que ocupa. Contudo, ao enfrentar o exílio juntamente com sua filha, Miranda, Próspero se vê frente ao outro, ao diferente, representado por Calibã, com o qual constrói uma relação de poder no espaço colonial da ilha na qual convivem.

Nos diálogos criados por Shakespeare, observamos que Próspero objetiva o sujeito colonizado, Calibã. No encontro colonial, o europeu por não enxergar o nativo como sujeito, objetiva-o, tornando-o tabula rasa. Ao proceder dessa maneira, o colonizador assegura a sua dominação pela invisibilidade do colonizado.

Além disso, a construção do outro pela degradação é uma forma de dominação dos povos colonizados pelo europeu. É uma estratégia colonial para

inferiorizar o outro e, assim, empreender o domínio de terras, que é uma das intenções do colonialismo. Em *A Tempestade*, a demonização, ou seja, a identificação do nativo com animais, pode ser percebida em Caliban quando Próspero o chama de “tartaruga”, o que pode ser uma alusão à animais de carga, “que só pancada pode comover”. Outra alusão, no mesmo sentido, é feita ao ser considerado como peixe, por ter um odor fétido, e de monstro da ilha.

Por não compreender ou por não buscar entender a língua do colonizado, Próspero ensina Calibã a falar a língua hegemônica. Vemos nessa ação uma forma de estabelecer uma comunicação com o nativo, com a intenção de extrair elementos de conhecimento sobre a ilha, para exercer o domínio sobre ela. Não é o ensino da língua do outro para uma aproximação que implique maior compreensão da cultura do diferente, mas com o intuito de exercer domínio das terras por conquistar. Ao submeter Calibã à subordinação eurocêntrica, Próspero se apodera da ilha. transforma o espaço que era ocupado por Calibã em uma extensão da Europa e o nativo em seu subordinado. Calibã perde a liberdade dentro do espaço no qual se criou, sofre dores físicas e torturas psicológicas.

Próspero desenvolve, então, um processo de inferiorização do outro para justificar o seu poder sobre ele. Por meio de um discurso de degradação do outro, Próspero constrói a imagem do outro, colonizado, como ‘selvagem’, ‘bruto’, ‘bárbaro’. Sob esse ponto de vista, toda e qualquer hegemonia representa o bem e o que não está nela incluído é o mal. Aparece aqui a relação binária inclusão/exclusão=bem/mal. O discurso colonial está representado pelo poder disciplinar quando determina o que é normal e o que é anormal em uma sociedade. O anormal ou degenerado sob essa abordagem sofre as forças do poder imperialista que anula o outro, no intuito de subordiná-lo ao poder hegemônico e assim estabelecer o controle. Esse processo posiciona o colonial como uma categoria produtiva, servil e indisciplinada.

A rebeldia, como aspecto de demonização do outro, é relacionada à Calibã e também vista como forma de representação do ‘selvagem’ e ‘indisciplinado’. A rebeldia de Calibã ocorre quando é esperado e exigido que o dominado, ao sofrer o processo de colonização, se comporte de forma passiva e sem a manifestação da palavra, que é uma das estratégias que caracteriza o processo colonizador. Contudo, Calibã apresenta no texto em questão um discurso de enfrentamento da autoridade, por meio de xingamentos e da raiva que ele dirige contra Próspero. Ao não se submeter espontaneamente às ordens de Próspero e recusar-se, por vezes, a cumpri-las, executando-as quando quer, no momento que lhe convém, Calibã é rotulado como preguiçoso pelo colonizador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mitologização do outro indica que a representação do outro foi criada a partir da mesmidade e para a mesmidade. É a criação do bárbaro, do selvagem fundada no etnocentrismo. Mitologizar o outro (colonizado) implica torná-lo parecido ao colonizador, destituindo-o de sua língua, de suas particularidades como outro, para nominá-lo, emudecê-lo, apagá-lo, na certeza de que será inventado no lugar que seja necessário ao dominador.

Procuramos demonstrar, pela análise do outro em *A Tempestade*, os mecanismos de construção do outro sob um prisma colonizador, que vê e lê o colonizado como 'selvagem' ou 'bárbaro', como parte de uma estratégia de poder e domínio do espaço e da ação desse outro pelo colonizador. Nesse sentido, Shakespeare nos oferece um universo de relações de poder a ser explorado e sua obra revela ser tão ou mais atual e significativa para o leitor do século XXI do que provavelmente foi para o público elisabetano.

NOTAS

¹ Mestranda em Estudos Literários na UNIANDRADE. Trabalho realizado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Janice Cristine Thiél, professora do curso de Mestrado em Teoria Literária na UNIANDRADE e da Área de Letras na PUCPR. E-mail: liliafig@yahoo.com.br

5. REFERÊNCIAS

- LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 21 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- SHAKESPEARE, W. *A tempestade*. Tradução de Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- WOLFF, F. "Quem é bárbaro?" In: NOVAES, A. (org.) *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.